

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM OLHAR NO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTERGRADO AO ENSINO MÉDIO EM IFRR-CAMPUS NOVO PARAÍSO-RR.

Taliana Pereira de Souza
UFRRJ – IFRR
thalyanaifrr@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe discutir a Formação Profissional no Instituto Federal de Roraima - Campus Novo Paraíso, acerca dos seus avanços, finalidades e perspectivas. A educação profissional atualmente vem sendo bastante trabalhada pelo governo federal com a expansão dos Institutos Federais aos lugares mais distantes dos centros urbanos. Isso tem proporcionado à população rural novos sonhos e aspirações de ampliação do horizonte formativo dos adolescentes, jovens e adultos, pois nessas localidades há carência de políticas públicas em diversas áreas. Este fato pode ser observado com o crescimento da oferta de ensino profissional com expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pois são vários novos institutos sendo inaugurados em todo o país, favorecendo para isso a ampliação das possibilidades de acesso à educação, uma vez que contam com programas que aproximam a escola da realidade vivida nas diversas comunidades, tornando-se um importante mecanismo social no que concerne às perspectivas de um futuro melhor, por meio da educação formal. Dessa forma, a interiorização consiste em um dos maiores avanços dessa modalidade educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional, Ensino Médio Integrado, Formação Humanista.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM OLHAR NO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTERGRADO AO ENSINO MÉDIO EM IFRR-CAMPUS NOVO PARAÍSO-RR.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa divulgar resultados parciais de uma pesquisa que vem sendo realizada no Instituto Federal de Roraima-Campus Novo Paraíso, retratando como a oferta da educação profissional vem sendo desenvolvida e como o alunado do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio encara o desafio de ser um futuro técnico. Para tanto, discutiremos a finalidade da formação profissional proporcionada e as perspectivas dos discentes deste Campus, bem como tentaremos mostrar, à luz dos escritos de diversos autores a discussão sobre o que move a Educação Profissional na forma em que esta é apresentada nos marcos legais recentes e sua realização nesta instituição inaugurada em 2007.

O Instituto federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima-Campus Novo Paraíso-IFRR-CNP tem quase seis anos de implantação. Tendo já formado suas primeiras turmas, vem ajustando o seu currículo para tentar sanar as lacunas no conhecimento escolar dos adolescentes que vem do Ensino Médio público assim como também as suas inúmeras dificuldades de transporte, acesso, falta de professores e infraestrutura das escolas da região.

Hoje o Campus Novo Paraíso está localizado na região sul de Roraima, que alcança uma área de 99.325.70 km² e abarca uma população de 68.623 habitantes. O IFRR-CNP atende uma grande demanda de estudantes com oferta dos seguintes cursos: Técnico em Agropecuária e Técnico em Agricultura. Estes cursos são ofertados na modalidade presencial e na metodologia da alternância, propondo aliar a disponibilidade do discente para o trabalho e para os estudos de acordo com as diversas realidades desses estudantes de forma que seja razoável conciliar as atividades laborativas do discente com a vida escolar.

Parte-se da compreensão das perspectivas educacionais que favoreçam a consolidação do Ensino Agrícola do Campo na perspectiva da escola democrática e o sucesso escolar do discente, bem como o da Instituição, com intuito de entendermos o que temos e o que queremos da Educação Agrícola, quais são os benefícios trazidos para os alunos e suas comunidades, quais são os valores desta escola no contexto de uma sociedade permeada pelas lógicas do consumo e do egoísmo.

Assim, para atenuar estas dificuldades, podemos citar que neste cenário atuam diversos programas para a formação profissional, por exemplos: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC, O Programa Brasil Profissionalizando, e outros os quais não serão o objeto da discussão deste trabalho, mas sim a expansão da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a análise sobre a formação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, sendo bastante trabalhada nesta expansão.

2. AS INTERFACES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Na conjuntura macro, é imperioso situar o nosso país, conforme Estacheski & Oliveira (2012, p.3) o Brasil se caracteriza por ser um:

País capitalista emergente, as concepções burguesas fazem-se presentes em todo o seu processo educacional, permeado pelas mesmas contradições exposta, ou seja, marcado constantemente pela luta de classes, ao mesmo tempo em que assiste a reorganização do capital por meio de políticas públicas educacionais, ou seja, o Brasil assume-se herdeiro deste legado.

Diante disso, na atual conjuntura do capitalismo, as políticas públicas consistem em sua grande magnitude para outras áreas, mas para o campo social são parcas, e realiza-se de fachada, pois o social fica em último lugar de prioridades, pois na sociedade atual as políticas estão atreladas com a ideologia neoliberal, que pretende criar um sistema mundial auto-regulado em que a economia tenha plena liberdade em contraposição com as questões sociais seja consequência disso. LIBÂNEO (2011).

Nesse contexto, Oliveira (2009, p.60) declara que “o investimento para saldar os débitos com a dívida externa (juros e amortizações) chega a ser dez vezes maior que o orçamento do Ministério da Educação”. Diante disso, verifica-se na educação brasileira o tênue orçamento vigente para atender todas as demandas educacionais de nosso Brasil, o que denota a necessidade urgente em se avançar nesse objetivo.

Atualmente, vivenciam-se as mudanças de valores no decorrer do desenvolvimento da Educação no Brasil, isto é, na década de 1980 com o começo da redemocratização do Brasil, os sistemas de ensino estavam voltados para a formação de sujeitos mais críticos, com intuito de intervir na política no âmago da sociedade. Agora, segundo Oliveira (2008, p. 44) observa um enfoque mais profundo na “formação de sujeitos mais capazes de competir por uma vaga no mercado de trabalho, considerados peças fundamentais no processo de desenvolvimento econômico da nação”.

Nessa perspectiva, Pereira (2012, p.288) alega que:

No debate atual da educação profissional, traduzido o Plano Nacional de Educação (PNE)2011-2020, notamos que é sob o mote da universalização do ensino médio que aparecem as primeiras referências à educação profissional.

Nessa conjuntura, existe um crescente investimento para democratização do acesso para o Ensino Médio, com vistas à melhoria do desenvolvimento nacional, e suprir os vazios existentes no mercado do trabalho das várias profissões, reflexo da carência de pessoas habilitadas para determinada profissão.

Diante disso, por ser alta a demanda de pessoas por cursos técnicos, a oferta da Educação Profissional que vem se ampliando com a Expansão da Rede, as instituições

federais de educação tem sido uma oportunidade ímpar para diversidade de pessoas em todo o Brasil.

Nesta situação, é compreensível que há preocupações e intenções para que a Educação Profissional atenda um grande quantitativo de pessoas possíveis. Portanto, espera-se com a educação profissional a formação do maior número de pessoas em condições de produzir, isto é, uma nova população economicamente ativa que fique em plena atividade.

Nessa perspectiva, corrobora Tavares (2012, p.10) que o papel da educação profissional “visa promover o desenvolvimento do país, formar professores para suprir as carências (...) na área de Ciências (...) de modo a contribuir para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia nacional”.

Nesse sentido, para atendimento de diversas demandas por formação, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia recebem discentes dos mais diversos grupos sociais, congregando, portanto, as classes sociais, onde muitos discentes passam boa parte do seu tempo, é o que ocorre no IFRR-CNP, com os cursos Integrado e Subsequente funcionam em regime integral, com a realização diurna, nos horários matutino e vespertino e Regime de Matrícula Modular (IFRR, 2012).

A Educação escolar no contexto atual é vivenciada por inúmeras transformações da sociedade contemporânea que advém do processo de globalização que influencia em vários setores da sociedade, bem como, da vida humana que são os fatores: econômicos, sociais, políticos e culturais que se unem com o alargamento do capitalismo no estágio atual do mundo LIBÂNEO (2011).

Nesse contexto, as mudanças são frenéticas, as pessoas por meio dos meios de comunicação e até mesmo no senso comum, acreditam muito na formação técnica de ensino para ascensão profissional de seus filhos, familiares, com o retorno mais rápido do investimento com maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho devido à escassez de profissionais técnicos em todo o Brasil.

Assim, para a economia crescer, investimentos são feitos na educação, que recebe influências no seu fazer pedagógico das concepções capitalista que é o sistema que rege nossa sociedade, isso pode ser notado, por exemplo, com o avanço da ciência e inovação tecnológica vem exigindo das instituições educacionais novos métodos de aprendizagem, pois os conhecimentos surgem e estão cada vez mais rápidos, e há necessidade da pessoa está sempre se atualizando para não ficar obsoleta na concorrência de uma vaga no mercado de trabalho.

No cenário brasileiro a marginalidade socioeconômica é vasta, isso pode ser comprovado nos dados estatísticos que mostram que o nível da desigualdade social ainda é alarmante. Embora tenhamos tido nas últimas décadas investimentos maciços na Educação, tal fato ainda não foi suficiente para equilibrar os problemas existentes. BERNADIM (2013).

Nesse contexto, é preciso políticas públicas que ofereçam as mesmas condições de escolas de qualidade para as populações menos desfavorecidas, e que a Educação omnilateral não fique apenas no campo teórico, e nem tampouco uma educação voltada estritamente para formação do mercado de trabalho.

No que tange a essa discussão, Frigotto (2007, p.1146) destaca que:

(...) o diferencial está na proposta política e pedagógica da escola, centrada no debate e na concepção da escola unitária e politécnica; uma escola comprometida em formar jovens que articulem ciência, cultura e trabalho e lhes dê a possibilidade de serem cidadãos autônomos; que possam escolher seguir seus estudos ou, se têm necessidade, ingressar na vida profissional.

Assim, como se percebe na concepção de Frigotto, é necessário que na educação hoje, possa por em prática a interessante abordagem de Gramsci que parte da concepção de uma educação que tenha sentido para o aluno, ou seja, a forma de divulgar conhecimentos precisa ser iniciada da realidade da pessoa, e não de conceitos prontos e acabados, ideologias, doutrinas e outros. Nessa ênfase será o passo para a liberdade de fato.

Kuenzer (2000) já dizia que é preciso uma efetiva democratização do Ensino Médio que ao mesmo tempo prepare para a inserção no mundo do trabalho e para a cidadania, complementado nos níveis subsequentes por formação profissional científico e tecnológica e sócio-histórica, tal como o proposta nas finalidades expressas na legislação, exige condições materiais que não estão dadas no caso brasileiro.

Assim a Educação Profissional, especialmente no nível do Ensino Médio, as mudanças são mais notórias. Nisso é constante as políticas educacionais aos ditames de produção capitalista, a fim de formar pessoas, bem como, os trabalhadores para serem “adaptados ao mundo do trabalho alienado”, com a formação burguesa.

Nesse contexto, entende-se que os investimentos a uma educação com formação integral, humana são escassos, pois o que se apregoa hoje é a formação para o trabalho, e isso se acirra quando ainda no Brasil não se conseguiu atender toda a população brasileira com as mesmas condições de uma educação de qualidade, e fazer cumprir Duarte, (2007, p.697) “o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito fundamental de natureza social”. Assim a educação é um direito social, carecendo ser pública e de qualidade, para tanto é um desafio grandioso, já que as discontinuidades de políticas públicas no setor são várias.

Nessa perspectiva, é facilmente constatado no cenário brasileiro o fato de que a nação não conseguiu reduzir significativamente as discrepâncias características de um modelo concentrador de riquezas e que se percebe em vários problemas existentes em nossa sociedade, por exemplo, o trabalho infantil nas áreas como o Nordeste do Brasil, que precisam trabalhar para complementar a renda familiar, fazendo com que crianças se tornem corresponsáveis pelo trabalho, intensificando assim não só as perversas estatísticas de trabalho infantil no Brasil, monstro devorador da infância e dos sonhos, como também a

evasão escolar, defasagem idade série, sendo alguns dos grandes flagelos da Educação no Brasil.

3. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO MÉDIO: NO IFRR-CAMPUS NOVO PARAÍSO

A educação profissional de nível médio no Brasil é regulamentada pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004; condicionado ao § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41da Leis Diretrizes e Bases da Educação. Neste instrumento legal estão relatados todos os preceitos que norteiam a Educação no Brasil. O referido decreto cita os princípios e diretrizes do ensino médio integrado à educação profissional.

Assim, por meio do marco legal acima, propicia que o estudante possa estar cursar simultaneamente o Ensino Médio com a formação profissional (curso técnico). Cumpre destacar que o Ensino Médio representa a última fase da educação básica. A opção do Ensino Médio Integrado é uma ótima oportunidade para aqueles jovens e/ou adolescentes que quando finalizarem essa formação básica, já terão a chance mais próxima de concorrer a uma vaga no mercado trabalho.

A Educação Profissional está organizada segundo Pereira (2012, p.288) "(...) em três níveis: formação inicial e continuada ou qualificação profissional; técnica de nível médio (forma integrada, concomitante e subsequente) e tecnólogo (superior)". Além desses níveis, temos também a política de integração da educação profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Para tanto, as vagas de cada Instituto Federal é assim distribuída: a metade das vagas para os cursos técnicos (50% das vagas) com ênfase para o Ensino Médio Integrado ao curso técnico e 20% das vagas para a oferta de cursos superior como, por exemplo, de licenciatura em especial nas áreas de maiores carências no país, e graduações tecnológicas, podendo até ofertar especializações, mestrados profissionais e doutorados volvidos especialmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica (PACHECO, 2011).

A Educação Profissional é bastante significativa para as classes populares, já que ela é um meio mais rápido de ter talvez a chance de obter um emprego, no entanto, a concorrência por uma vaga de trabalho tem sido cada vez mais difícil, em especial de para os menos desfavorecidos que não têm condições de fazerem cursos de capacitação.

No entanto, o embate dos discursos sobre a formação profissional, paira sobre os dois caminhos que ela pode enfocar, ou seja, o que vem fundamentando o Ensino Médio Integrado para não fortalecer uma formação mecânica contrária a uma formação humanista.

Nesse sentido, Oliveira (2009, p.54) declara que:

O Ensino Médio Integrado (EMI) não deve ser palco para desenvolvimento de competências ou de habilidades preconizadas no discurso empresarial. Essa etapa da Educação Básica não pode e não deve estar voltada para o aumento da produtividade

tão em voga em momento atual. O EMI deve ser considerado um espaço/tempo de superação, no plano formativo, da fragmentação imposta pela divisão social do trabalho.

Partindo dessa compreensão, Ciavatta considera o Ensino Médio Integrado um grande desafio do atual governante do país para efetivar e implementar. (CIAVATTA & RUMMERT 2010).

Nesse contexto, ressalta Frigotto (2001, p.82):

No campo educativo, necessitamos reiterar, sem constrangimento, a concepção de educação básica (fundamental e média) pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na ideia de direito subjetivo de cada ser humano. Uma educação omnilateral, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento “sustentável”.

Assim, a escola aliada nesta concepção, terá o seu real papel realizado nas instituições de fato, apesar dos diversos contextos de escolarização espalhados no Brasil. No entanto, a evidência dada na atualidade é a formação profissional para o mercado de trabalho, pois a economia brasileira carece de profissionais para as várias áreas, como por exemplos nas áreas de Edificações, Eletrônica, sendo necessário importar mão de obra estrangeira.

Nesta perspectiva, o mercado de trabalho está cada vez mais exigente no que tange a escolha dos profissionais que farão parte dele, não é mais necessário somente o ensino médio, em alguns casos são exigidos curso de línguas, informática, e experiência. Tal fato, para os mais carentes é um empecilho, visto que, os mesmos não têm condições financeiras de estarem se atualizando, realizando cursos de capacitação profissional ofertados por diversas empresas e entidades.

A educação no cenário atual é marcada pelos pressupostos da política neoliberal que vai desde a educação infantil a educação superior. Assim, a formação profissional tem um papel fundamental nesse processo que visa um trabalhador eficiente, que se adapte ao mercado de trabalho e ao modelo de sociedade em vigor.

Embora, saiba-se que mesmo que os discentes se esforcem, em especial os das classes menos favorecidas, os mesmos terão mais dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, passar em concursos públicos, processos seletivos, vestibulares e outros, devido à formação educacional insuficiente e de má qualidade.

Nesse contexto, o mercado de trabalho está cada vez mais exigente no que tange a escolha dos profissionais que farão parte dele, não é mais necessário somente o ensino médio, mas é necessário por exemplos, ter um curso de línguas, informática, e experiência. Tal fato, para os mais carentes é um empecilho, visto que, os mesmos não têm condições financeiras de estarem se atualizando, realizando cursos de capacitação profissional ofertados por diversas empresas e entidades.

A educação profissional não deve ser afunilada estritamente para formar pessoas para trabalharem no mercado de trabalho, nesse pensar, Gramsci faz críticas para que a educação não só alimente ao sistema capitalista, pois segundo Gramsci formar para o trabalho é um dos requisitos para emancipação humana, que a educação faça com que a pessoa possa entender e planejar o contexto social em que vive, por meio do conhecimento histórico, cultural e tecnológico (ESTACHESKI e OLIVEIRA 2012).

Um caminho para essa distorção será a conforme Antoniazzi & Leal Neto (2008, p. 3):

Necessidade de se repensar a educação profissional e o ensino médio sob a perspectiva da emancipação humana e não da manutenção da lógica do capital que em sua gênese é excludente, reforçando as desigualdades sociais em que o campo educacional é apenas uma de suas manifestações.

Nesse contexto, constata-se a fragmentação da Educação Profissional, pois muitos alunos que estão cursando o ensino técnico não pretendendo trabalhar naquilo que estão profissionalizando, então se faz necessário que a Educação não só der subsídios para que eles preencham novos requisitos demandados pelo mercado, mas que a escola seja uma ponte para integrar conhecimentos teóricos e práticos não para alienação, mas que eles possam se reconhecer dentro do sistema vigente, sendo um cidadão consciente crítico e participativo de seus direitos e deveres.

Nesse sentido corrobora Oliveira (2009, p.53) “cada vez mais, a luta política por um Ensino Médio que objetive a formação “integral” dos educandos impõe-se como necessária e conseqüente”. Noutro aspecto o mesmo destaca que é necessário que haja um projeto educativo que nasça do pensamento comum, possa reunir as ações coletivas que possam fazer com que o poder público garanta o acesso ao ensino possa oportunizar idem (2009, p.53) “uma formação que contribua para a emancipação da classe que vive do trabalho”.

Portanto, para que se vivencie e usufrua uma educação efetiva alguns fatores são importantes para oportunizar uma escola que tanto ofereça a formação profissional como a integração do ensino médio, para isso se requer segundo Oliveira (2009, p. 53) “repensar da infraestrutura, do currículo, da valorização dos profissionais da Educação entre outros”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho consistiu em registrar alguns resultados parciais da pesquisa em nível de mestrado em andamento, trazendo algumas discussões sobre os fatos que permeiam a Educação Profissional no Brasil com base na seleção de alguns autores que nos revelaram no que a Educação Profissional tem se debruçado.

No caso da instituição federal de ensino como o Campus Novo Paraíso-(IFRR-CNP), nos resultados provisórios consta que os discentes querem ter sucesso escolar e o foco principal da grande maioria diverge da escolha profissional que estão cursando, pois pretendem fazer o vestibular para uma área de formação distante da formação técnica em agropecuária.

Nesse sentido, buscou-se entender se a escola (IFRR-CNP) “bitola-se” frente ao pensamento de enfatizar o ensino profissional estritamente ou quer trabalhar os dois planos de formação profissional oferecendo a possibilidade de ampliar o horizonte formativo do discente com o Ensino Superior.

Diante disso, concebe-se que a escola no estágio atual corre iminente risco de cumprir uma agenda capitaneada pelo sistema capitalista, na proporção em que se alie a um saber distorcido, isto é, um conhecimento parcial que impossibilite a relação teoria- práxis.

Por outro lado, reconhece-se que Educação Profissional tem um importante papel social de inclusão, pois esta formação tem proporcionado a muitas pessoas concluírem de forma concomitante o ensino médio e a formação técnico-profissional, condição aparentemente *sine qua non* para que o cidadão possa pleitear uma vaga no mercado de trabalho.

Por outro lado, no campo da Educação, que a escola possa cumprir o seu verdadeiro papel que consiste na formação crítica e participativa, mas não o contrário em conduzir para a reprodução da ideologia dominante, como não poderia deixar de ser, estende-se aos arraiais da Educação, mormente no campo da Educação Tecnológica, com uma de suas ênfases na Educação Integrada ao Ensino Médio com curso profissionalizante.

A partir da defesa desses pontos de entendimentos, pode-se afirmar que há a necessidade permanente de pesquisas sobre o desenvolvimento da Educação Profissional que temos na nossa sociedade, em especial no tocante a discussão da educação profissional quanto ao seu viés de formação geral que visa à transformação social, já que as agruras vivenciadas por pais e familiares no dia-a-dia, traduzem-se em alerta constante quanto ao desejo profissional dos alunos. No que diz respeito ao mercado, as alternativas seriam o oferecimento de outros cursos identificados com o cenário regional e com a compreensão dos mesmos se querem seguir um curso técnico ou ensino superior.

Finalmente, acredita-se que a educação profissional surge como forma de profissionalizar discentes para o mercado de trabalho, em especial as classes menos favorecidas. Nessa formação oferecem os cursos que são bem mais rápidos que cursos de graduação e que tem vaga "garantida", já que faltam pessoas qualificadas.

5. REFERÊNCIAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
2. _____. **NBR6023**: informação e documentação-referências-elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
3. ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras; LEAL NETO, Alberto Alves Vasconcelos. **Educação profissional integrada ao ensino médio: concepção e políticas no governo Lula**. Disponível em: <www.anped.org.br/reuniões/31ra/1trabalho/GT09-3976--Int.pdf> Acesso em 20 dez.2012.
4. BERNADIM, Márcio Luiz. (2013). **Educação e trabalho na perspectiva de egressos do ensino médio e estudantes universitários**. Nuances: estudos sobre Educação. Ano XIX, n.25, v.01, p.200-217, jan./abr.2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2168/bernardim>>. Acesso em: < 28 de nov.2012>.
5. CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. **Reestruturação produtiva, reforma administrativa do estado e gestão da educação**. Educ. Soc., Campinas, vol.30, n.109, p.1139-1166, set./dez.2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 ago.2012.
6. CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sônia Maria. **As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional**. Educ.Soc., Campinas, v.31, n.11, p.461-480, abr.-jun. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 nov.2012.
7. DUARTE, Clarice Seixas. **A educação como um direito fundamental de natureza social**. Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.100, pp. 691-713. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300004>>. Acesso em: 23 dez. 2012.
8. ESTACHESKI, Joice; OLIVEIRA, Rita de Cássia da. **Educação profissional a partir dos cadernos do cárcere: em busca da compreensão**. IX ANPED SUL. Seminário em pesquisa da região Sul. 2012.
9. FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional emancipadora. Perspectiva, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan-jun. 2001.
10. _____. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Edu. Soc., Campinas, vol.28, n.100-Especial, p.1129-1152, out.2007. Disponível em<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: <03.jan.2013>.
11. KUENZER, Acácia Zeneida. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente**. Educ. Soc.,

Campinas, vol.28, n.100-Especial, p.1153-1178, out.2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 dez.2012.

12. _____. **O ensino médio agora é para vida: entre o pretendido, o dito e feito.** Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, abril/00. Disponível em : < www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf>. Acesso em:<05 jun.2012>.
 13. OLIVEIRA, Ramon. **Possibilidades do Ensino Médio Integrado diante do financiamento público da educação.** *Educ. Pesqui.* [online]. 2009, vol.35, n.1, pp. 51-66. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022009000100004>. Acesso em: 24 nov.2012.
 14. _____. **O ensino médio em questão: a análise de uma história recente.** B.Téc. Senac: a R. Educa. Prof. Rio de Janeiro, v.34, n.1, jan./abr.2008. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/341/artigo-4.pdf>. Acesso em: 24 nov.2012.
 15. _____. **O Banco Mundial e a Educação Profissional.** Boletim Técnico do
 16. Senac. V. 27, n. 2, mai/ago 2001. P. 1-10. Disponível em:
 17. <<http://www.senac.br/informativo/BTS/272/boltec272c.htm>>. Acesso em: 26 nov.2012.
 18. PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica.** São Paulo: Moderna, 2011.
 19. PEREIRA, Isabel. Brasil. **Educação Profissional.** In: CALDART, R. S; *et al* (orgs.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão popular, 2012.
 20. RAMOS, Marise Nogueira. **O novo ensino médio à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura.** 2008. Disponível em <<http://www.senac.br/BTS/292/BOLTEC292C.htm>>. Acesso em: 24 nov.2012.
- TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>. Acesso em: 27 dez. 2012.